



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DA PESCA
Avenida Salgado Filho, S/N, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.sape.gov.br>

EDITAL Nº 90002/2026/2026

Processo nº 00710009.002452/2025-88

EDITAL
PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 90002/2026

(Processo Administrativo nº 00710009.002452/2025-88)

CONTRATANTE (UASG)
929448

OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos de irrigação descritas no Termo de Referência, que detalha os itens integrantes de cada kit e suas respectivas quantidades para a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca - SAPE.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 615.546,13 (seiscentos e quinze mil, quinhentos e quarenta e seis reais e treze centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/05/2026 às 09:00 (horário de Brasília)

Local: <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA DA PECUÁRIA E DA PESCA, responsável pela fase externa das licitações através de seu Pregoeiro Oficial, designado pela PORTARIA-SEI Nº 17, DE 17 DE MARÇO DE 2026 e publicada no dia 18 de março de 2026, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, do Decreto Estadual 32.449, de 07 de março de 2023, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização do Pregão na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

a) Abertura da sessão: 29/05/2026

b) Horário: 09:00 (Brasília/DF).

c) Não é permitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

1. **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela *Internet*, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, dos recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado **Pregoeiro(a)**, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica <https://www.gov.br/compras/pt-br/> que terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório auxiliado por uma comissão técnica especializada, quando necessário; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver

sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

- 1.3. Após a fase de abertura das propostas, estas serão analisadas e classificadas quanto ao menor preço, sendo ordenadas automaticamente pelo sistema.
- 1.4. Após a fase de lances, as propostas serão classificadas quanto ao menor preço, sendo ordenadas automaticamente pelo sistema. A ordem de classificação entre as propostas apresentadas somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 1.5. O Edital estará disponível gratuitamente nos portais <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br/>.
- 1.6. Integram este Edital todos os Anexos obrigatórios e necessários a presente contratação

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação e aquisição de **materiais e equipamentos para irrigação**, conforme condições e exigências estabelecidas previstas nas metas dos Convênios MAPA 958216/2024 e 958223/2024 conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE
01	KIT DE IRRIGAÇÃO por gotejamento para áreas de 500m ²	Un	175
02	CAIXA D'ÁGUA reservatório de 2000 L	Un	175
03	BOMBA PERIFÉRICA de até 1/2cv com vazão de 250 l/h e altura manométrica de 30 mca	Un	175
04	MOTOBOMBA SUBMERSA com vazão de 8,0 m³/hora, pressão de serviço de 110 m.c.a., 380V, 60 Hz, acoplado a um motor elétrico submerso, 380V, 60 Hz.	Un	01
05	MOTOBOMBA SUBMERSA com vazão de 30 m³/hora, pressão de serviço de 160 m.c.a., 380V, 60 Hz, acoplado a um motor elétrico submerso, 380V, 60 Hz.	Un	01

- 2.2. **Havendo divergência de especificações entre o edital e o constante no sistema COMPRASGOV, prevalecerá a do edital.**
- 2.3. A licitação será dividida por item, conforme tabela constante do Termo de Referência, item 1.1, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 2.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme Requisitos da Cont constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 2.5. O contrato decorrente da licitação terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, de acordo com o estabelecido no Parágrafo único do Art. 84 da Lei 14.133/2021.
- 2.6. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 32.449, de 7 de março de 2023.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.
- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se

tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não haverá participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, em virtude dos valores dos itens superarem o teto previsto no art. 42 da Lei Complementar Estadual 675, de 2020.

3.6. Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI e equiparados, nos limites previstos do art. 2º da Lei Complementar Estadual 675, de 2020.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.3.1. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7.3.2. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7.3.3. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.4.1. O impedimento de que trata o subitem anterior também será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.8.1. A vedação de que trata o caput estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7.8.2. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.8.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.10. Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

- 4.2.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.4.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4. ou 4.2. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta será de **R\$ 50,00 (Cinquenta reais)**
- 4.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.10.1 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.14. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor por item e valor total (**Menor preço por item**)
- 5.1.2. Especificações do Produto contendo: conforme previsto no item 1.1 do TR;

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO	UNID	QUANTIDADE
01	KIT DE IRRIGAÇÃO por gotejamento para áreas de 500m ²	Un	175
02	CAIXA D'ÁGUA reservatório de 2000 L	Un	175
	BOMBA PERIFÉRICA de até 1/2cv		

03	com vazão de 250 l/h e altura manométrica de 30 mca	Un	175
04	MOTOBOMBA SUBMERSA com vazão de 8,0 m³/hora, pressão de serviço de 110 m.c.a., 380V, 60 Hz, acoplado a um motor elétrico submerso, 380V, 60 Hz.	Un	01
05	MOTOBOMBA SUBMERSA com vazão de 30 m³/hora, pressão de serviço de 160 m.c.a., 380V, 60 Hz, acoplado a um motor elétrico submerso, 380V, 60 Hz.	Un	01

5.1.3. Unidade de Medida;

5.1.4. Quantidade Total;

5.1.5. Prazo da proposta.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser 100,00 (cem reais), para todos os lances.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

- 6.10. O procedimento seguirá conforme o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da

entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto no art 42 da Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020 e nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação no SICAF do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação por registro de possível Ocorrência Impeditiva Indireta.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, conforme os itens 3.5 e 3.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6.1. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.2. contiver vícios insanáveis;

7.6.3. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.4. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.5. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou autenticada.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

- 8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, § 4º):
- 8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo de [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 8.20. Não será exigido a garantia prevista no artigo 58 da Lei 14.133/2021, visando a ampla competitividade no certame e considerando a baixa complexidade do objeto licitado.
- 8.21. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes no item 3.6.1 do Estudo Técnico Preliminar.

DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 8.22. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.23. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.24. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.25. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.26. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.27. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.28. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 2º, §3º do Decreto Federal nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.
- 8.29. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165)

DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 8.30. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.31. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da

Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.32. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.33. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.34. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.35. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.36. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.37. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020 e Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.38. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.39. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

8.40. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado do item pertinente.

8.41. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.42. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º). D

A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.43. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto do item pertinente, por meio da **apresentação de certidões ou atestados**, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.43.1 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.43.2 Os atestados deverão comprovar a capacidade de fornecimento mínimo de **50%** (cinquenta por cento) do quantitativo do item relacionado.

Nota Explicativa 1: A essência da capacidade operacional é procurar identificar se a futura contratada tem a infraestrutura empresarial e a capacidade de gestão de executar o objeto e, justamente por esse contexto, podem ser feitas exigências de comprovação de anterior execução de quantitativos mínimos (compatíveis com o objeto a ser contratado). Deste modo, é possível que essa comprovação se dê pela somatória de atestados de contratos executados realizados concomitantemente, pois da mesma forma revelam a capacidade operacional da empresa.

8.43.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.43.4 O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. **O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.**

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;
- 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: **licitasapern@gmail.com**

10. FISCALIZAÇÃO, GESTÃO DO CONTRATO, ENTREGA DO OBJETO E GARANTIA DA EXECUÇÃO

10.1. As condições de fiscalização

10.1.1A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal de contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

10.1.2 O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, III);

10.1.3 O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, II);

10.1.3 O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, X);

10.1.4 O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

10.1.5 O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.

10.1.6. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

10.2. A forma de gestão do contrato

10.2.1 contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2.2Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.2.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.2.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.3. O prazo e as condições de entrega

10.3.1 prazo de entrega deverá seguir cronograma acordado entre a SAPE e as empresas vencedoras que, no global, deverá ser concluída em período máximo de **60 dias** corridos, **contados da data do envio da Ordem de Compra e Nota de Empenho à empresa**.

10.3.2 As entregas devem ser efetuadas no prazo determinado neste Termo de Referência, em dias úteis, no horário das **08:00h às 12:00h**, sem qualquer despesa adicional para a SAPE.

10.3.3 **As entregas devem ser previamente agendadas**, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, junto a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE, na Coordenadoria de Agropecuária (COAPE), pelo e-mail sapecoape@gmail.com.

10.3.4 Os bens, objeto deste Termo de Referência, deverão ser entregues na **EMPARN - EMPRESA DE**

10.3.5 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior. A comunicação deverá ocorrer através do e-mail sapecoape@gmail.com, canal este utilizado para encaminhar à empresa vencedora a Nota de Empenho e a respectiva Ordem de Compra/Serviço.

10.3.6 Demais condições encontram-se detalhadas no Termo de Referência item 5.

10.4 As condições de garantia da execução do contrato

10.4.1 **Não será exigida por esta Administração a garantia da contratação** estabelecidos nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pois esta implicaria em custo para a empresa, com possível restrição ao fornecedor que pode atender ao objeto contratual, entretanto não necessariamente possui capacidade financeira para cumprimento dessa garantia. Outrossim, as demais exigências de habilitação, contratuais e/ou penalidades não deixarão de ser cumpridas em conformidade com a legislação.

10.4.1.1 Demais condições encontram-se detalhadas no Termo de Referência item 4.7.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

11.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

11.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em 24/04/2026.

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.1. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.2. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

- 13.1.2.3. deixar de apresentar amostra;
- 13.1.2.4. Apresentar proposta ou a amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 13.1.5. fraudar a licitação
- 13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 13.1.7. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 13.2.1. advertência;
- 13.2.2. multa;
- 13.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **licitasapern@gmail.com**

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro ou agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. **Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.**

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Compras do RN.

15.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.10.1. ANEXO I - Termo de Referência (ID. 41301149)

15.10.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar (ID. 40720138)

15.10.2. ANEXO II - Minuta do Contrato e Modelo de Proposta (ID.41339575)

Francisco de Assis da Cunha
Agente de Contratação

Andréia Santos da Silva
Equipe de Apoio do Agente de Contratação



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DE ASSIS DA CUNHA, Auxiliar Administrativo**, em 18/05/2026, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA SANTOS DA SILVA, C-4**, em 18/05/2026, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41377335** e o código CRC **D2122985**.

Referência: Processo nº 00710009.002452/2025-88

SEI nº 41377335

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DA PESCA
Avenida Salgado Filho, S/N, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.sape.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00710009.002452/2025-88

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00710009.002452/2025-88

Processo nº 00710009.002452/2025-88

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição, por meio de processo licitatório (**pregão eletrônico**) de **materiais e equipamentos para irrigação**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e o previsto nas metas dos **Convênios MAPA 958216/2024 e 958223/2024**.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO	UNID	QUANTIDADE
01		KIT DE IRRIGAÇÃO por gotejamento para áreas de 500m ²	Un	175
02		CAIXA D'ÁGUA reservatório de 2000 L	Un	175
03		BOMBA PERIFÉRICA de até 1/2cv com vazão de 250 l/h e altura manométrica de 30 mca	Un	175
04		MOTOBOMBA SUBMERSA com vazão de 8,0 m ³ /hora, pressão de serviço de 110 m.c.a., 380V, 60 Hz, acoplado a um motor elétrico submerso, 380V, 60 Hz.	Un	01
05		MOTOBOMBA SUBMERSA com vazão de 30 m ³ /hora, pressão de serviço de 160 m.c.a., 380V, 60 Hz, acoplado a um motor elétrico submerso, 380V, 60 Hz.	Un	01

1.2. Em licitação ou itens de valor correspondente **a até R\$ 200.000,00** deve ser garantida a participação exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ME e EPP), conforme estabelecido no artigo 42 da Lei Complementar Estadual nº 675, de 6 de novembro de 2020.

1.3. Em licitação **ou itens** de valor correspondente **superiores a R\$ 200.000,00**, será reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparadas, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual

1.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano**, contado da data assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A agricultura familiar representa parcela significativa da produção de alimentos no Brasil, sendo responsável por grande parte do abastecimento interno e, no entanto, enfrenta desafios relacionados à escassez hídrica, baixa produtividade e acesso limitado a tecnologias apropriadas, principalmente no Nordeste brasileiro. A adoção de sistemas de irrigação por gotejamento, como os kits familiares, permite uma série de benefícios na produção agrícola.

2.2. A otimização do uso da água é um desafio constante no meio agrícola, sendo a irrigação localizada uma das técnicas mais eficientes para otimizar o uso da água na agricultura, especialmente em regiões com escassez hídrica ou em cultivos que exigem precisão no manejo. Ela se destaca por aplicar água diretamente na zona das raízes das plantas, evitando desperdícios e maximizando a absorção hídrica.

2.3. A irrigação localizada — especialmente por gotejamento — é uma das tecnologias mais transformadoras para o aumento da produtividade agrícola, principalmente em áreas com restrição hídrica ou cultivos de essências sensíveis à escassez hídrica, não apenas melhorando o desempenho das plantas, como também potencializando o uso de outros insumos agrícolas.

2.4. O uso de irrigação localizada é uma solução inteligente que reduz significativamente o uso de energia e insumos na agricultura, tornando a produção mais eficiente e econômica, pois requer baixa pressão para o funcionamento, e em muitas ocasiões pode ser instalada com a força gravitacional, em casos de áreas onde haja esta possibilidade.

2.5. A irrigação localizada é uma ferramenta poderosa de transformação social, econômica e alimentar para agricultores familiares. Quando bem implementada, ela atua diretamente em três pilares fundamentais do desenvolvimento rural sustentável: acesso à tecnologia acessível e adaptada, empoderamento de mulheres e jovens, facilitando o envolvimento de grupos tradicionalmente marginalizados na produção agrícola, além de permitir que mais famílias permaneçam e prosperem no campo.

2.6. Com a realização do certame será possível obter um preço mais vantajoso para a Administração, além de permitir o atendimento das demandas dos dois convênios de uma única vez.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Tendo em vista o quantitativo de itens e as especificações em comum (materiais e equipamentos para irrigação) em atendimento às metas dos Convênios, considera-se viável a realização de um certame com o esses itens, possibilitando uma maior economicidade e vantajosidade para o Estado.

3.2. A elevada demanda em todo o Estado reflete a carência de um quantitativo satisfatório de equipamentos agrícolas em operação, cujos municípios se encontram em acentuado déficit para o oferecimento de serviços junto aos agricultores familiares. Essas aquisições buscarão atender produtores e agricultores em diversas áreas da atividade rural no território do Estado do Rio Grande do Norte e serão utilizados, principalmente, na implantação de sistemas de irrigação em pequenas áreas produtivas, bem como, atender a dois Projetos executados pela EMPARN nas Estações Experimentais de Apodi e Pedro Avelino, cuja produção de capim tifton e raquetes de palma forrageira são destinados a atendimento deste público rural.

3.3. Enseja-se, com isto, contribuir para a promoção do desenvolvimento rural, a agropecuária de subsistência e, consequentemente, a melhoria na renda e qualidade de vida dos agricultores familiares nas comunidades rurais.

3.4. Entretanto, ainda que distante de ser a solução como um todo da alta demanda, todas essas aquisições que vêm sendo realizadas nos últimos anos têm viabilizado a promoção das Políticas Públicas em diversos municípios de todo o Estado que, ainda que em caráter de déficit, abrem caminho para uma ampliação dos serviços/Projetos oferecidos em atendimento ao público rural.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos Gerais

4.1. Os itens a serem adquiridos deverão seguir as especificações discriminadas neste ETP e no Termo de Referência, garantindo a padronização que atenda a necessidade. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme consta neste Estudo Técnico Preliminar.

4.2. Para a participação no certame serão estabelecidos os critérios de habilitação para a modalidade definida, quais sejam a Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, e atendendo aos demais requisitos definidos pela Lei 14.133/2021.

4.3. Os itens deverão ser entregues sem uso, com encaminhamento dos manuais, certificados / livreto / certificados de garantia, no que couber, devendo o prazo de ser de, no mínimo, **12 (doze) meses**, a contar da data de entrega.

4.3.1. A garantia deverá cobrir defeitos de fabricação, montagem e mau funcionamento, decorrentes de desgastes prematuros durante a operação e o emprego em condições normais.

4.4. Se durante o período de garantia qualquer defeito ocorrer, necessitando de troca parcial ou total ou a

sua devolução ao fabricante/fornecedor, todo o processo deverá ocorrer sem custo adicional para a contratante Secretaria da Agricultura da Pecuária e da Pesca (SAPE-RN).

4.5. Subcontratação

4.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6. Garantia da contratação

4.6.1. **Não será exigida por esta Administração a garantia da contratação** estabelecidos nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pois esta implicaria em custo para a empresa, com possível restrição ao fornecedor que pode atender ao objeto contratual, entretanto não necessariamente possui capacidade financeira para cumprimento dessa garantia. Outrossim, as demais exigências de habilitação, contratuais e/ou penalidades não deixarão de ser cumpridas em conformidade com a legislação.

JUSTIFICATIVA PARA A NÃO EXIGÊNCIA DE GARANTIA (BASEADA EM RISCO)

4.7. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir garantia de execução contratual, observando-se a análise de riscos da contratação. No presente caso, conforme Análise de Riscos constante dos autos (ID nº 40250316), conclui-se que **o risco de inadimplemento contratual é baixo e adequadamente mitigado**, pelas seguintes razões:

trata-se de contratação de **bens comuns**, com especificações padronizadas e amplamente disponíveis no mercado;

há **ampla oferta de fornecedores**, o que reduz a probabilidade de descontinuidade na execução;

o pagamento está condicionado ao **efetivo recebimento dos bens**, afastando risco de desembolso antecipado;

os itens possuem **garantia do fabricante**, assegurando a substituição em caso de defeitos;

a Administração dispõe de instrumentos eficazes de mitigação, tais como:

aplicação de sanções administrativas;

impedimento de licitar e contratar;

rescisão contratual em caso de inadimplemento.

4.8. Ademais, a exigência de garantia poderia implicar **restrição à competitividade**, especialmente para micro e pequenas empresas, além de potencial elevação dos custos da contratação.

4.9. Dessa forma, conclui-se que a **dispensa de garantia contratual é medida proporcional e adequada**, uma vez que o risco envolvido é baixo frente ao impacto na competitividade do certame.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1.1. O prazo de entrega deverá seguir cronograma acordado entre a SAPE e as empresas vencedoras que, no global, deverá ser concluída em período máximo de **60 dias** corridos, **contados da data do envio da Ordem de Compra e Nota de Empenho à empresa**.

5.1.2. As entregas devem ser efetuadas no prazo determinado neste Termo de Referência, em dias úteis, no horário das **08:00h às 12:00h**, sem qualquer despesa adicional para a SAPE.

5.1.3. **As entregas devem ser previamente agendadas**, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, junto a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE, na Coordenadoria de Agropecuária (COAPE), pelo e-mail sapecoape@gmail.com.

5.1.4. Os bens, objeto deste Termo de Referência, deverão ser entregues na **EMPARN - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO RN** - Av. Eliza Branco Pereira dos Santos, S/N Parque das Nações - Parnamirim/RN - 59.158-160.

5.1.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior. A comunicação deverá ocorrer através do e-mail sapecoape@gmail.com, canal este utilizado para encaminhar à empresa vencedora a Nota de Empenho e a respectiva Ordem de Compra/Serviço.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal de contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.5. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação.

(Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, III);

6.6. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, II);

6.7. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, X);

6.8. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

6.9. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.

6.10. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

6.11.1. O fiscal do Contrato será Antônio Carlos Magalhães Alves Mat. 166.135-3 Coordenador de Agropecuária.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A Contratada deverá entregar as Notas Fiscais em nome da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca, com o devido CNPJ, sem rasura, legível, informando os dados bancários para recebimento.

7.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

7.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Prazo de Pagamento

7.6. O pagamento poderá ser efetuado no prazo de até **30 (trinta)** dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

Liquidação

7.7. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

7.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. A presente licitação será realizada na modalidade **Pregão Eletrônico**, adotando-se como critério de julgamento o:

MENOR PREÇO POR ITEM

Justificativa técnica do parcelamento

8.2. A opção pelo julgamento por item fundamenta-se nos seguintes aspectos:

ampliação da competitividade, permitindo a participação de fornecedores especializados em diferentes segmentos;

observância ao entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, especialmente a Súmula nº 247;

maior probabilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para cada item individualmente;

mitigação do risco de fracasso da licitação, evitando dependência de um único fornecedor para todo o objeto.

8.3. Dessa forma, **afasta-se expressamente o agrupamento em lote**, garantindo coerência entre o Termo de Referência, o Edital e o Estudo Técnico Preliminar.

8.4. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

REGIME DE EXECUÇÃO

8.5. O regime de execução do contrato junto ao fornecedor será por Preço Unitário dos itens, que formarão o valor global contratual, de acordo com o valor fixado na proposta vencedora.

8.6. Previamente a análise dos documentos necessários à habilitação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.7. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - [SICAF](#);

8.8. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - [CEIS](#), mantido pela Controladoria-Geral da União;

8.9. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - [CNEP](#), mantido pela Controladoria-Geral da União.

8.10. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.11. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.12. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.13. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.14. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.15. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.16. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.19. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.20. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.23. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Distritais e Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto do item pertinente, por meio da **apresentação de certidões ou atestados**, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.27. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.28. Os atestados deverão comprovar a capacidade de fornecimento mínimo de **50%** (cinquenta por cento) do quantitativo do item relacionado.

Nota Explicativa 1: A essência da capacidade operacional é procurar identificar se a futura contratada tem a infraestrutura empresarial e a capacidade de gestão de executar o objeto e, justamente por esse contexto, podem ser feitas exigências de comprovação de anterior execução de quantitativos mínimos (compatíveis com o objeto a ser contratado). Deste modo, é possível que essa comprovação se dê pela somatória de atestados de contratos executados realizados concomitantemente, pois da mesma forma revelam a capacidade operacional da empresa.

8.29. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.30. O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. seguindo o rito processual, serão apostos no processo durante a tramitação os documentos que embasam a obtenção dos valores atualizados de mercado dos itens, bem como das consultas às fontes, seguindo a metodologia indicada pela IN SEGES/ME Nº 65/2021.

9.2. **Valor de Referência total estimado para a aquisição é de R\$ 615.546,13 (seiscentos e quinze mil, quinhentos e quarenta e seis reais e treze centavos)**, elaborado com fundamento no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES nº 65/2021.

Metodologia adotada

9.4. A formação do preço estimado observou as seguintes etapas:

Levantamento de mercado, mediante:

9.5. consultas a fornecedores especializados;

pesquisa em sítios eletrônicos;

análise de contratações públicas similares.

Coleta de preços por item, garantindo pluralidade mínima de fontes;

Tratamento dos dados, com:

9.6. exclusão de valores manifestamente inexequíveis ou excessivamente elevados, quando identificados;

análise de consistência dos preços coletados;

Definição do valor estimado, mediante:

9.7. cálculo da **média aritmética dos preços válidos por item**.

Memória de cálculo (síntese)

9.8. Para cada item:

Valor estimado unitário = média dos preços coletados

Valor total do item = valor unitário × quantidade

Valor global = soma dos valores totais de todos os itens

Documentação de suporte

9.10. A estimativa encontra-se devidamente instruída com:

planilha consolidada com **série de preços por item**;

identificação completa das fontes consultadas (CNPJ, data, origem);

propostas comerciais e/ou registros de preços;

memória de cálculo detalhada por item.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados nos **Convênios**.

10.2. Destaque-se que as Dotações Orçamentárias informadas são as previstas para a contratação das metas dos Convênios constantes neste TR e não no valor global/ total destes.

informação dotação orçamentária financeira	
De acordo com o OGE/2026, informamos nesta data, a existência de saldo na programação Orçamentária e Financeira suficiente para a execução do pleito, que ocorrerá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	EMENDA DEP FEDERAL FERNANDO MINEIRO - CONVÊNIO MAPA 958216/2024 E 958223/2024
Classificação Funcional Programática:	17.131 20.608.0412.1790
Subação:	179001 - Aquisição de Equipamentos, Máquinas e Implementos Agrícolas
Elemento de Despesa:	44.90.52.99 - Outros equipamentos e material permanente
Fonte de Recurso:	0.7.00 - Outas transferências de convênios ou repasse da união
Valor (R\$):	R\$ 615.546,13 (seiscentos e quinze mil quinhentos e quarenta e seis reais e treze centavos)

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da Contratante:

11.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

11.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência; Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no respectivo edital;

11.6. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços, de igual objeto do instrumento contratual, de forma a garantir que continuem a serem os mais vantajosos para a Administração Pública.

11.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.8. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

11.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo de referência como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste termo, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

12.3. Os equipamentos devem estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada e também com o respectivo catálogo;

12.4. Entregar os equipamentos em prazo não superior ao máximo estipulado neste Termo de Referência;

Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, as suas expensas, as partes do objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

Substituir os equipamentos recusado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

12.5. Realizar a entrega técnica aos servidores designados para esse fim, em horário comercial, no local de entrega indicado, visando orientar os servidores indicados pela Contratante, à operação, condução e manutenção de primeiro escalão dos equipamentos adquiridos.

12.6. Garantir a prestação de serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva por, no mínimo, 12 (doze) meses ou 2000 (duas mil) horas, nas dependências da unidade em que foi entregue o equipamento e fornecimento de todas as peças necessárias ao perfeito funcionamento do equipamento:

- a) a assistência técnica deverá ser prestada em até 72 horas;
- b) as peças deverão ser entregues em até 8 (oito) dias úteis;
- c) o início do serviço deverá ocorrer em até 8 (oito) dias úteis;

12.7. Durante a vigência da garantia, responsabilizar-se pelas despesas com deslocamentos bem como demais gastos relacionados com a equipe técnica, sem qualquer custo adicional para o Contratante;

12.8. Indicar rede de assistência técnica, capaz de fornecer peças, prestar serviços com mecânicos habilitados e certificados pelo fabricante do equipamento, bem como possuir instalações de manutenção adequadas, dotadas com acessórios e ferramental de oficina, compatíveis com os serviços que poderão ser prestados aos equipamentos ofertados.

12.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; Indicar um preposto para representá-la junto ao Contratante durante a execução do contrato;

13.DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Na aplicação de penalidade/sanções serão observadas as disposições constantes na Lei nº 14.133, de 2021, que constam do respectivo edital, além das previstas nas legislações pertinentes. 36 10.2. A Contratada poderá ser responsabilizada objetiva, administrativa e civilmente em caso de praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

14.RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

14.1. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES ALVES - Coordenador de Agropecuária (COAPE/SAPE)

15.APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

15.1 GUILHERME MORAES SALDANHA - Secretário de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca - SAPE/RN



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARLOS MAGALHAES ALVES, Coordenador de Agropecuária**, em 13/05/2026, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41301149** e o código CRC **C0067DE0**.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DA PESCA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 00710009.002452/2025-88

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (inciso I do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021)

Trata o presente de realização de processo licitatório, modalidade Pregão Eletrônico, pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca – SAPE, visando a **aquisição de materiais e equipamentos de irrigação**, a serem entregues aos Entes beneficiários, atendendo as demandas de Convênios, conforme os quantitativos, condições e especificações estabelecidas, objetivando promover o desenvolvimento rural e consequente melhoria na renda e na qualidade de vida dos pequenos produtores nas comunidades rurais de todo o Estado.

A demanda administrativa foi gerada por força das propostas submetidas junto ao **TransfereGov** que se tornaram convênios junto ao **MAPA sob os nºs 958216/2024 e 958223/2024**. Neste certame estarão contemplados os itens em comum a ambos os Convênios (materiais para irrigação).

A aquisição possibilita o fortalecimento de Políticas Públicas que visam a promoção do desenvolvimento agropecuário executadas pelos diferentes Entes, tratando-se, por isto, de uma ação de investimento e fomento, que permitirá a abrangência de diversas cadeias produtivas agropecuárias. Com isto, é possível contribuir para o desenvolvimento rural, a agricultura/pecuária de subsistência e, consequentemente, a melhoria na renda e qualidade de vida no campo.

É sabido que a agropecuária se constitui a base da economia de muitos municípios, sendo, notadamente, a subsistência das famílias rurais. A maioria absoluta desta parcela fica a cargo das pequenas e médias propriedades, exploradas pelas próprias famílias. Comumente, essas pequenas propriedades encontram grandes dificuldades para manter as atividades e, consequentemente, a produtividade em um nível satisfatório, uma vez que o custo de produção tem onerado continuamente, se considerado, além dos outros custos, a contratação (terceirização) ou aquisição de equipamentos.

A agricultura familiar representa parcela significativa da produção de alimentos no Brasil, sendo responsável por grande parte do abastecimento interno e, no entanto, enfrenta desafios relacionados à escassez hídrica, baixa produtividade e acesso limitado a tecnologias apropriadas, principalmente no Nordeste brasileiro. A adoção de sistemas de irrigação por gotejamento, como os kits familiares, permite uma série de benefícios na produção agrícola.

A otimização do uso da água é um desafio constante no meio agrícola, sendo a irrigação localizada uma das técnicas mais eficientes para otimizar o uso da água na agricultura, especialmente em regiões com escassez hídrica ou em cultivos que exigem precisão no manejo. Ela se destaca por aplicar água diretamente na zona das raízes das plantas, evitando desperdícios e maximizando a absorção hídrica.

A irrigação localizada — especialmente por gotejamento — é uma das tecnologias mais transformadoras para o aumento da produtividade agrícola, principalmente em áreas com restrição hídrica ou cultivos de essências sensíveis à escassez hídrica, não apenas melhorando o desempenho das plantas, como também potencializando o uso de outros insumos agrícolas.

O uso de irrigação localizada é uma solução inteligente que reduz significativamente o uso de energia e insumos na agricultura, tornando a produção mais eficiente e econômica, pois requer baixa pressão para o funcionamento, e em muitas ocasiões pode ser instalada com a força gravitacional, em casos de áreas onde haja esta possibilidade.

A irrigação localizada é uma ferramenta poderosa de transformação social, econômica e alimentar para agricultores familiares. Quando bem implementada, ela atua diretamente em três pilares fundamentais do desenvolvimento rural sustentável: acesso à tecnologia acessível e adaptada, empoderamento de mulheres e jovens, facilitando o envolvimento de grupos tradicionalmente marginalizados na produção agrícola, além de permitir que mais famílias permaneçam e prosperem no campo.

Com a realização do certame será possível obter um preço mais vantajoso para a Administração, além de permitir o atendimento das demandas dos dois convênios de uma única vez.

2. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (inciso II do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021)

Ressalta-se que a **elaboração** do PCA passou a se tornar obrigatório a partir do ano de 2024 que, neste caso, planejou as contratações do **exercício de 2025 (PCA 2025)**.

Destacamos que os Convênios contemplados neste certame foram celebrados no decorrer de 2024 e, portanto, as contratações estavam previstas de serem executadas nesse ano, entretanto, em virtude da demora na liberação de recursos, especialmente da contrapartida da SAPE, enseja-se, por fim, executar o proposto no corrente ano.

Pelo justificado, alguns dos itens não se encontram no Plano de Contratações Anual – **PCA 2025 - UASG**

A ausência parcial da previsão no Plano de Contratações Anual – PCA 2025 decorre do fato de que os Convênios nº 958216/2024 e nº 958223/2024 foram celebrados no exercício de 2024, com expectativa inicial de execução ainda naquele exercício.

Entretanto, em razão de atrasos na liberação dos recursos financeiros, especialmente da contrapartida estadual, houve a necessidade de reprogramação da execução para o exercício de 2025.

Registra-se que:

Os instrumentos de Convênio e respectivos Planos de Trabalho encontram-se devidamente juntados aos autos;

A contratação ora proposta está diretamente vinculada ao cumprimento das metas pactuadas;

Será promovida a devida compatibilização com o planejamento institucional, mediante atualização ou justificativa formal no âmbito do PCA.

Dessa forma, resta demonstrada a compatibilidade da contratação com o planejamento da Administração, ainda que superveniente.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (inciso III do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021)

Requisitos Gerais

3.1. Os itens a serem adquiridos deverão seguir as especificações discriminadas neste ETP e no Termo de Referência, garantindo a padronização que atenda a necessidade. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme consta neste Estudo Técnico Preliminar.

3.2. Para a participação no certame serão estabelecidos os critérios de habilitação para a modalidade definida, quais sejam a Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, e atendendo aos demais requisitos definidos pela Lei 14.133/2021.

3.3. Os itens deverão ser entregues sem uso, com encaminhamento dos manuais, certificados / livreto / certificados de garantia, no que couber, devendo o prazo de ser de, no mínimo, **12 (doze) meses**, a contar da data de entrega.

3.3.1. A garantia deverá cobrir defeitos de fabricação, montagem e mau funcionamento, decorrentes de desgastes prematuros durante a operação e o emprego em condições normais.

3.4. Se durante o período de garantia qualquer defeito ocorrer, necessitando de troca parcial ou total ou a sua devolução ao fabricante/fornecedor, todo o processo deverá ocorrer sem custo adicional para a contratante Secretaria da Agricultura da Pecuária e da Pesca (SAPE-RN).

3.5. Subcontratação

3.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.6. Garantia da contratação

3.6.1. Não será exigida por esta Administração a garantia da contratação estabelecidos nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pois esta implicaria em custo para a empresa, com possível restrição ao fornecedor que pode atender ao objeto contratual, entretanto não necessariamente possui capacidade financeira para cumprimento dessa garantia. Outrossim, as demais exigências de habilitação, contratuais e/ou penalidades não deixarão de ser cumpridas em conformidade com a legislação.

4. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (inciso III do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021)

A definição dos quantitativos a serem contratados não se deu de forma arbitrária, estando fundamentada em instrumentos formais previamente estabelecidos, conforme detalhado a seguir:

Os quantitativos decorrem diretamente das metas físicas previstas nos Convênios nº 958216/2024 e nº 958223/2024, celebrados com o Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, os quais foram instruídos com base em diagnósticos de demanda apresentados pelos entes beneficiários (municípios e entidades rurais).

Para a elaboração das propostas que originaram os referidos Convênios, foram considerados:

Levantamentos realizados junto aos municípios contemplados, quanto à necessidade de implantação de sistemas de irrigação em pequenas propriedades rurais;

Demandas formalizadas por associações e cooperativas de produtores rurais;

Diagnósticos técnicos elaborados no âmbito da SAPE/RN e instituições parceiras, quanto à carência de infraestrutura hídrica e produtiva;

Critérios de elegibilidade definidos pelo concedente (MAPA), com base em políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

A memória de cálculo dos quantitativos encontra-se consubstanciada nos Planos de Trabalho dos Convênios, os quais detalham:

Número de beneficiários por município;

Área média a ser irrigada por unidade produtiva;

Dimensionamento técnico dos kits de irrigação (vazão, extensão e capacidade);

Quantidade de equipamentos necessários por projeto.

Dessa forma, os quantitativos previstos refletem a consolidação das demandas identificadas, devidamente

validadas no momento da celebração dos Convênios.

Ressalta-se que os documentos comprobatórios, incluindo Planos de Trabalho, convênios, encontram-se juntados aos autos do processo administrativo, servindo como base para a definição das quantidades.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO (inciso V do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021)

Foi realizada pesquisa no mercado com as respectivas especificações para obtenção dos valores, de forma a integrar uma previsão dos custos unitários e estimativa do valor total da contratação.

Com isto, por serem itens considerados comuns no mercado agrícola, permitirá uma maior competitividade entre as empresas participantes do certame, possibilitando maior vantajosidade e economicidade para o erário, dentro dos padrões estabelecidos.

Houve uma contratação anterior para aquisição de itens de irrigação por esta Administração, através de licitação por pregão eletrônico (Processo Sei nº 00710009.000904/2024-14).

Esclarece-se que na presente contratação não se aplica a busca de outras soluções tecnológicas, tendo em vista que já está sendo adquirido o material e equipamentos mais indicados para o atendimento das demandas dos Convênios, conforme justificado **no item 1 - Necessidade da contratação**. O objeto pretende oferecer uma (infra)estrutura mínima de sistemas de irrigação aos beneficiários, sendo adquirido tão somente o consignado aos Convênios e de acordo com a disponibilidade de recursos.

6. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (inciso VI do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021)

A estimativa do valor da contratação foi inicialmente baseada nos valores de referência constantes nos Planos de Trabalho dos Convênios nº 958216/2024 e nº 958223/2024, os quais foram elaborados conforme parâmetros estabelecidos pelo concedente.

Para fins de adequação à legislação vigente, especialmente à IN SEGES/ME nº 65/2021, será realizada pesquisa de preços atualizada, observando-se a seguinte metodologia:

Levantamento de preços mediante consulta ao PAINEL DE PREÇOS DO GOVERNO FEDERAL;

=Pesquisa em contratações similares realizadas por outros órgãos públicos;

Consulta a fornecedores do ramo, mediante solicitação formal de propostas;

Análise de dados constantes em bancos oficiais e sistemas de compras públicas.

A memória de cálculo da estimativa considerará:

Média aritmética ou mediana dos valores obtidos;

Exclusão de valores inexecutáveis ou excessivamente elevados (outliers);

Consolidação dos preços por item.

O valor estimado preliminar da contratação é de R\$ 675.999,57 (seiscentos e setenta e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos), estando sujeito à atualização após a conclusão da pesquisa de preços.

A pesquisa de preços completa, acompanhada da memória de cálculo e da metodologia adotada, será devidamente juntada aos autos, garantindo a rastreabilidade e a confiabilidade dos valores estimados.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (inciso VII do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021)

Tendo em vista o quantitativo de itens e as especificações em comum (materiais e equipamentos para irrigação) em atendimento às metas dos Convênios, considera-se viável a realização de um certame com o agrupamento desses bens, possibilitando uma maior economicidade e vantajosidade para o Estado.

A elevada demanda em todo o Estado reflete a carência de um quantitativo satisfatório de equipamentos agrícolas em operação, cujos municípios se encontram em acentuado déficit para o oferecimento de serviços junto aos agricultores familiares. Essas aquisições buscarão atender produtores e agricultores em diversas áreas da atividade rural no território do Estado do Rio Grande do Norte e serão utilizados, principalmente, na implantação de sistemas de irrigação em pequenas áreas produtivas, bem como, atender a dois Projetos executados pela EMPARN nas Estações Experimentais de Apodi e Pedro Avelino, cuja produção de capim tifton e raquetes de palma forrageira são destinados a atendimento deste público rural.

Enseja-se, com isto, contribuir para a promoção do desenvolvimento rural, a agropecuária de subsistência e, conseqüentemente, a melhoria na renda e qualidade de vida dos agricultores familiares nas comunidades rurais.

Entretanto, ainda que distante de ser a solução como um todo da alta demanda, todas essas aquisições que vêm sendo realizadas nos últimos anos têm viabilizado a promoção das Políticas Públicas em diversos municípios de todo o Estado que, ainda que em caráter de déficit, abrem caminho para uma ampliação dos serviços/Projetos oferecidos em atendimento ao público rural.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (inciso VIII do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021)

A contratação será realizada com **parcelamento por item**, e não por lote único, em conformidade com o disposto na legislação vigente e na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, especialmente a Súmula nº 247 do TCU.

Tal opção se justifica pelas seguintes razões:

Os itens que compõem o objeto (materiais e equipamentos de irrigação) possuem naturezas distintas e são amplamente comercializados de forma independente no mercado;

Existem fornecedores especializados em segmentos específicos (ex.: bombas submersas, reservatórios, tubos e conexões), o que recomenda a divisão do objeto para ampliar a competitividade;

O parcelamento por item permite maior participação de empresas, inclusive de pequeno e médio porte, promovendo isonomia e competitividade;

A divisão do objeto possibilita a obtenção de propostas mais vantajosas para cada item individualmente, maximizando a economicidade da contratação;

Evita-se a restrição indevida da competição que ocorreria caso os itens fossem agrupados em lote único.

Dessa forma, o parcelamento por item se apresenta como a solução mais adequada, técnica e economicamente vantajosa para a Administração Pública.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS (inciso IX do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021)

Os resultados pretendidos ensejam que, com o certame, ocorra o cumprimento das metas dos Convênios relacionadas a estes tipos de itens (materiais e equipamentos de irrigação), de forma tornar mais eficiente o processo de aquisição/contratação, com o agrupamento destes em um único certame. Com isto, será possível uma otimização de tempo e recursos.

O pregão eletrônico para a contratação que visa a aquisição dos bens é a modalidade considerada mais adequada, pela possibilidade da compra conjunta dos itens necessários para atendimento desses Convênios, gerando maior economicidade, transparência e competitividade.

Com a aquisição e entrega dos bens às Entidades estarão sendo diretamente atendidos diversos municípios do Estado, que poderão ampliar o atendimento das demandas dos agricultores.

10. PROVIDENCIAS A SEREM ADOTADAS (inciso X do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021)

Serão nomeados Gestor e Fiscais para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, nomeados através de Portarias a serem publicadas no Diário Oficial do Estado.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (inciso X do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021)

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes à presente contratação.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS (inciso XII do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021)

Não estão previstos impactos ambientais, em virtude da utilização de água e energia de forma racional, com sistema de irrigação por gotejamento e aspersão programados.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (inciso XIII do §1º do artigo 18 da LEI Nº 14.133/2021)

Considerando a destinação dos recursos dos Convênios com fins de cumprimento das metas que são objeto do presente ETP, esta Administração optou pela **realização de pregão eletrônico** como a modalidade mais adequada para a aquisição/contratação e atendendo ao preconizado pela Lei 14.133/2021.

A escolha se justifica após a análise das alternativas possíveis para a presente aquisição, em obediência à Lei de Licitações e sendo o **mais econômico, vantajoso e tecnicamente viável**. Declaramos, por isto, ser **VIÁVEL** a contratação.

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES ALVES
Coordenador de Agropecuária

ANEXO - VALORES REFERENCIAIS

ITEM	DETALHAMENTO DO ITEM (S)	QTDE	EMPRESA 01 VALOR UNITÁRIO	EMPRESA 02 VALOR UNITÁRIO	EMPRESA 03 VALOR UNITÁRIO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	KIT DE IRRIGAÇÃO por gotejamento para áreas de 500m ²	175	R\$ 1.229,21	R\$ 1.649,82	R\$ 1.784,00	R\$ 1.557,68	R\$ 276.094,00
02	CAIXA D'ÁGUA reservatório de 2000 L	175	R\$ 1.543,00	R\$ 1.556,00	R\$ 1.699,00	R\$ 1.599,33	R\$ 279.882,75
03	BOMBA PERIFÉRICA de até 1/2cv com vazão de 250 l/h e altura manométrica de 30 mca	175	R\$ 450,00	R\$ 484,99	R\$ 645,00	R\$ 526,66	R\$ 92.165,50
04	MOTOBOMBA SUBMERSA com vazão de 8,0 m³/hora, pressão de serviço de 110 m.c.a., 380V, 60 Hz, acoplado a um motor elétrico submerso, 380V, 60 Hz.	01	R\$ 8.760,80	R\$ 9.115,26	R\$ 10.795,75	R\$ 9.557,27	R\$ 9.557,27
	MOTOBOMBA SUBMERSA com vazão de						

05	30 m³/hora, pressão de serviço de 160 m.c.a., 380V, 60 Hz, acoplado a um motor elétrico submerso, 380V, 60 Hz.	01	R\$ 14.699,97	R\$ 18.403,63	R\$ 21.796,55	R\$ 18.300,05	R\$ 18.300,05
						TOTAL	R\$ 675.999,57



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARLOS MAGALHAES ALVES, Coordenador de Agropecuária**, em 15/04/2026, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40720138** e o código CRC **DB3E919C**.

Referência: Processo nº 00710009.002452/2025-88

SEI nº 40720138

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DA PESCA
Avenida Salgado Filho, S/N, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.sape.gov.br>

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 00710009.002452/2025-88

MINUTA DE CONTRATO **ADMINISTRATIVO Nº 00710009.002452/2025-88** - QUE FAZEM ENTE SI O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA DA PECUÁRIA E DA PESCA - SAPE-RN E A EMPRESA .

O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, através da SECRETARIA DE AGRICULTURA DA PECUÁRIA E DA PESCA DO RIO GRANDE DO NORTE - **SAPE**, Órgão da Administração direta, com sede no Centro Administrativo-BR 101, Lagoa Nova - Natal/Rio Grande do Norte, CEP: 59.064-901, inscrita no CNPJ nº 08.272.049/0001-05, representada pelo Exmo. Sr. Secretário da SAPE, Sr. __, Brasileiro, Estado Civil, CPF n.º , Identidade n.º , com residência nesta cidade de Natal/RN, daqui por diante denominado CONTRATANTE, e a empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por..... (nome e função do contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, do Decreto Estadual 32.449, de 07 de março de 2023, Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../ , mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Aquisição de materiais e equipamentos de irrigação descritas no Termo de Referência, que detalha os itens integrantes de cada kit e suas respectivas quantidades para a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca - SAPE conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3 O Termo de Referência;

1.4 Estudo Técnico Preliminar da Contratação;

1.5 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) a partir da sua assinatura, prorrogável mediante a autorização da CONTRATANTE, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART.92,IV,VIII E XVIII)

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal de contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

3.6 Demais condições encontram-se detalhadas no Termo de Referência item 6.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO (ART.92,V)

5.1. **O valor total da contratação é de R\$...... ()**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO (ART.92, V E VI)

6.1 O pagamento será feito à empresa, diretamente pelo órgão contratante, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens ou de recibo, conforme o caso, acompanhado da apresentação de nota fiscal e fatura discriminativa, devidamente atestada pelo servidor competente, no prazo de até 30 (trinta) dias.

6.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome da Secretaria de Agricultura, da Pecuária e da Pesca - SAPE, CNPJ sob n.º 08.272.049/0001-05, com endereço BR 101 - Km 0 - Centro Administrativo do Estado, S/N, Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP. 59064-90.

6.3 Na Nota Fiscal deverá constar a discriminação dos itens, o nº da Ordem de Compra e outros dados que julgar convenientes, e não apresente rasura e/ou entrelinhas.

6.4 A Nota Fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz.

6.5 A liberação do pagamento fica condicionada a apresentação de:

6.6 Prova de regularidade de débito relativa à Seguridade Social e contribuições Federais (CND Conjunta) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular da Empresa no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

6.7 Não será efetuado qualquer pagamento à contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.8 Caso a empresa possua conta corrente em outra instituição financeira que não seja o Banco do Brasil, as despesas bancárias originárias da transferência de pagamento serão por conta da contratada e descontadas no ato do pagamento.

6.9 A forma de pagamento será nos dias 10 e/ou 20 do mês posterior à apresentação da nota fiscal, sendo que se estes dias coincidirem com finais de semana, feriados ou recessos o pagamento será feito no próximo dia útil subsequente.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE (ART.92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado 24/04/2025

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

a) Supervisionar e fiscalizar o recebimento dos produtos adquiridos, além de aplicar eventuais sanções regulamentares e contratuais à Contratada, quando cabível;

b) Realizar o pagamento à Contratada de acordo com os termos do contrato;

c) Fornecer esclarecimentos adicionais mediante solicitação formal da Contratada, relacionados ao objeto contratado;

d) Garantir o acesso dos funcionários da Contratada ao local de entrega dos produtos, conforme normas de segurança estabelecidas pelo Contratante;

e) Solicitar, sempre que necessário, a apresentação da documentação que comprove a manutenção das condições que fundamentaram a contratação do fornecedor e sua habilitação no respectivo certame licitatório.

f) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de xx

9. CLÁUSULA NONA - DEVERES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

Nas contratações decorrentes deste certame, a CONTRATANTE deverá:

9.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, através de Comissão designada para este fim;

- 9.2 Facilitar o cumprimento das obrigações contratuais, informando à contratada as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega dos bens;
- 9.3 Verificar a conformidade dos bens entregues com as especificações e quantidades exigidas, inclusive quanto à eventual marca indicada na proposta;
- 9.4 Promover o recebimento do objeto, cumpridas as condições estabelecidas no item 06 deste instrumento;
- 9.5 Comunicar por escrito à contratada qualquer irregularidade no fornecimento do material, solicitando, quando possível, a substituição, o reparo ou complementação do bem entregue, fixando prazo para o cumprimento da determinação;
- 9.6 Recusar o recebimento do bem que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas se, após o prazo fixado para substituição, reparo ou complementação, não for sanada a irregularidade verificada, comunicando à contratada o fato por escrito;
- 9.7 Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nos prazos estabelecidos;
- 9.8 Comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
- 9.9 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada relacionados à execução contratual;
- 9.10 Aplicar as penalidades previstas neste TR em caso de cometimento de infrações na execução do contrato.

Uma vez convocada para formalizar as contratações resultantes deste certame, a CONTRATADA **deverá:**

- 9.11 Atender às ordens de fornecimento, nas quantidades e especificações exigidas, de acordo com o prazo estabelecido no respectivo instrumento;
- 9.12 Programar, com a necessária antecedência, data e hora para entrega do objeto contratado, inclusive quando esta ocorrer através de empresa transportadora;
- 9.13 Entregar os bens ofertados novos, em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- 9.14 Substituir, reparar ou complementar, conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação, os bens que apresentarem defeitos;
- 9.15 Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao contratante, por ação ou omissão no fornecimento do presente objeto;
- 9.16 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;
- 9.17 Prestar os necessários esclarecimentos sobre a execução do objeto contratual, solicitados pelos órgãos contratantes, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;
- 9.18 Designar preposto para representá-la perante o órgão contratante sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuros contatos;
- 9.19 Informar previamente ao contratante, solicitando-lhe anuência, toda e qualquer alteração nas condições de fornecimento;
- 9.20 Comunicar ao contratante, em tempo hábil e por escrito, a superveniência de fatos que venham a prejudicar o adequado fornecimento dos bens, de modo a se viabilizar a correção da situação apresentada.
- 9.21 Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil decorrentes da execução do presente contrato;
- 9.22 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas na Lei Licitação;

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, a Contratada que:

- 9.23 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 9.24 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 9.25 fraudar na execução do contrato;
- 9.26 comportar-se de modo inidôneo;
- 9.27 cometer fraude fiscal;
- 9.28 não mantiver a proposta.

A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 9.29 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 9.30 multa moratória de 05% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- 9.31 multa compensatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 9.32 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 9.33 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até dois anos;
- 9.34 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os

motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 155, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada **que:**

9.35 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.36 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do certame;

9.37 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.38 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.39 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART.92, XIV)

10.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

10.2 A CONTRATADA será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estado, Distrito Federal ou Municípios e ser descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Contratante, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) Apresentação de documentação falsa;
- b) Retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar na execução do contrato;
- d) Comportamento inidôneo;
- e) Declaração falsa;
- f) Fraude fiscal;

10.3 A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº. 14.133/21, inclusive responsabilização da contratada por eventuais perdas e danos causados à Administração. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.4 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 10 (dez) dias.

10.5 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-as às penalidades legalmente estabelecidas, o que não se aplica às licitantes remanescentes.

10.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº. 14.133 de 2021.

10.7 As penalidades serão registradas, e no caso de suspensão do direito de licitar e/ou contratar com a Administração pública, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais cominações legais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART.92, XIX)

11.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

11.2.1.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

11.2.1.2 poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.3 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.4 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA (ART.92, VIII)

12.1. Informação de Adequação Orçamentária Financeira emitida pela **Unidade Instrumental de Planejamento e Finanças - UIPF** desta SAPE.

INFORMAÇÃO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA

De acordo com o **OGE/2026**, informamos nesta data, a existência de saldo na programação Orçamentária e Financeira suficiente para a execução do pleito, que ocorrerá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	EMENDA DEP FEDERAL FERNANDO MINEIRO - CONVÊNIO MAPA 958216/2024 E 958223/2024
Classificação Funcional Programática:	17.131 20.608.0412.1790
Subação:	179001 - Aquisição de Equipameentos, Máquinas e Implementos Agrícolas
Elemento de Despesa:	44.90.52.99 - Outros equipamentos e material permanente
Fonte de Recurso:	0.7.00- Outas transferências de convênos ou repasse da união

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS (ART.92,III)

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

- 14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ENTREGA DO OBJETO

- 15.1 Os termos do fornecimento deverão obedecer às seguintes condições:
- 15.2 A entrega/Instalações dos objetos deverá ser no endereço: **Av. Eliza Branco Pereira dos Santos, s/n, Caixa Postal 188, Parque das Nações, Parnamirim, Rio Grande do Norte, CEP: 59.158-160.**
- 15.3 As entregas devem ser efetuadas no prazo máximo de **60 dias** corridos, **contados da data do envio da Ordem de Compra e Nota de Empenho à empresa**, em dias úteis, no horário das 08:00h às 12:00h, sem qualquer despesa adicional para a SAPE;
- 15.4 As entregas devem ser previamente agendadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, junto a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE, na Unidade Instrumental de Administração Geral (UIAG), localizado na Avenida Salgado Filho, S/N, Centro Administrativo do Estado, Bairro Lagoa Nova, Natal/RN. CEP: 59.064-901. Podendo ainda ser pelo email: sapecoape@gmail.com
- 15.5 Prazo de entrega:
- 15.5.1 A entrega dos itens deverá ser efetuada em **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data do envio da Ordem de Compra e Nota de Empenho à empresa.
- 15.5.2 Demais condições encontram-se detalhadas no Termo de Referência item 5.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 17.1 Os itens deverão ser entregues sem uso, com encaminhamento dos manuais, certificados / livreto / certificados de garantia, no que couber, devendo o prazo de ser de, no mínimo, **12 (doze) meses**, a contar da data de entrega.
- 17.2 A garantia deverá cobrir defeitos de fabricação, montagem e mau funcionamento, decorrentes de desgastes prematuros durante a operação e o emprego em condições normais.
- 17.3 Se durante o período de garantia qualquer defeito ocorrer, necessitando de troca parcial ou total ou a sua devolução ao fabricante/fornecedor, todo o processo deverá ocorrer sem custo adicional para a contratante Secretaria da Agricultura da Pecuária e da Pesca (SAPE-RN).
- 17.4 Subcontratação

17.5 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

17.6 Garantia da contratação

17.7 **Não será exigida por esta Administração a garantia da contratação** estabelecidos nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pois esta implicaria em custo para a empresa, com possível restrição ao fornecedor que pode atender ao objeto contratual, entretanto não necessariamente possui capacidade financeira para cumprimento dessa garantia. Outrossim, as demais exigências de habilitação, contratuais e/ou penalidades não deixarão de ser cumpridas em conformidade com a legislação.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DO FORO (ART.92,§1º)

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Natal/RN, de de 2026_.

Secretário de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca do RN
Representante legal do CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXX
Representante legal da CONTRATADA

Testemunhas:

Assinatura Assinatura CPF nº CPF nº

ANEXO I - MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL SECRETARIA DE AGRICULTURA DA PECUÁRIA E DA PESCA - CNPJ nº

Sr Pregoeiro,

Seguindo os ditames do edital, apresento a Vossa Senhoria a nossa proposta para o PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXXX/202X, conforme a seguir relacionados, especificados de acordo com ANEXO I, do Edital:

As planilhas de quantitativos e custos conterão as descrições dos produtos que compõem a solução proposta, incluindo as respectivas quantidades, unidades, preços unitários e totais gerais, expressos em reais (R\$).

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Computadores e equipamentos de informática e respectivas quantidades para a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca - SAPE conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1. Validade da proposta: Declaramos que a validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua entrega.

2. Os termos do fornecimento deverão obedecer às seguintes condições:

2.1.1 O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do envio da Ordem de Compra e Nota de Empenho à empresa

2.1.2 Entregar o veículo endereço a seguir: A entrega/Instalações dos objetos deverá ser no endereço: **Av. Eliza Branco Pereira dos Santos, s/n, Caixa Postal 188, Parque das Nações, Parnamirim, Rio Grande do Norte, CEP: 59.158-160.**

2.1.3 As entregas devem ser efetuadas no prazo determinado neste Termo de Referência, em dias úteis, no horário das 08:00h às 12:00h, sem qualquer despesa adicional para a SAPE.

2.1.4 As entregas devem ser previamente agendadas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, junto a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca - SAPE, para ser repassado maior detalhamento das informações de entrega.

2.1.5 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **02 (dois) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Prazo de entrega:

2.2 A entrega dos itens deverá ser efetuada em 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do envio da Ordem de Compra e Nota de Empenho à empresa

3. Pagamento: A licitante DECLARA que acatará o pagamento da Administração conforme definido na minuta contratual.

4. Conta bancária: Informamos ainda que a conta bancária da empresa é no Banco Nº , Agência (com seus dígitos verificadores), e o nosso telefone: para contato é e-mail.

5. Declaro:

- 1) que estão incluídas nesta proposta comercial, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, desembaraço aduaneiro, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.
- 2) que estou de acordo com todas as normas e condições deste Edital e seus anexos.
- 3) Que o serviço será fornecido conforme especificações previstas no Projeto Básico, e serão obedecidas as condições gerais previstas no Edital e seus Anexos.

Cidade/UF de de 20

Diretor ou representante legal – RG/CPF Empresa ou fabricante



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA SANTOS DA SILVA, C-4**, em 14/05/2026, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DE ASSIS DA CUNHA, Auxiliar Administrativo**, em 14/05/2026, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41339575** e o código CRC **203C971E**.

Referência: Processo nº 00710009.002452/2025-88

SEI nº 41339575